



Prefeitura Municipal de Colatina

Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças

Superintendência de Arrecadação e Cobrança

Tel: 3177-7228

SOLICITAÇÃO DE ADESÃO AO REFIS 2017

(LEI Nº 6.440/2017)

Nome/Nome Empresarial:		
Inscrição Municipal:	CPF/CNPJ:	
Logradouro:	Nº:	Complemento:
Bairro:	CEP:	
Telefone:	E-mail:	

SOLICITAÇÃO

O contribuinte acima identificado, solicita adesão ao Programa REFIS 2017, Lei nº 6.440, para pagamento dos débitos constantes do relatório anexo a este requerimento, da seguinte forma:

() À vista () Parcelado - quantidade de parcelas: _____ (máximo 24, respeitando o valor mínimo da parcela)

E REQUER:

() a inclusão da consolidação de débitos declarados espontaneamente (confissão), constante(s) do relatório anexo de débitos confessados, para fins de pagamento com os benefícios do REFIS.

() a exclusão do(s) parcelamento(s) nº (s) _____ para fins de utilização dos benefícios do REFIS;

() a renúncia à(s) defesa(s) administrativa(s) apresentada(s) no(s) processo(s) de nº(s) _____, para fins de utilização dos benefícios do REFIS

TERMO DE RESPONSABILIDADE

O contribuinte ora identificado declara expressamente:

Estar ciente de que a declaração espontânea de débitos, a renúncia de defesa e a exclusão dos parcelamentos apresentados no presente requerimento significam a confissão irretratável e irrevogável dos débitos pertinentes, e o seu não pagamento implicará imediata inscrição em dívida ativa;

A desistência e renúncia nas esferas administrativa e judicial, a qualquer direito de ação, impugnação ou recurso relativo a débito consignado a ser quitado total ou parcialmente na forma do Programa REFIS;

A aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no REFIS.

REPRESENTANTE LEGAL/PROCURADOR

Nome:

CPF:

RG:

TELEFONE:

Por seu representante legal acima qualificado, firma o presente, pede deferimento.

Colatina - ES, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

- Cópia do documento de identidade do representante legal, contendo o número do CPF (ou cópia da identidade e do CPF);
- Cópia do documento de posse/propriedade do imóvel, caso o IPTU ainda esteja em nome do proprietário anterior;
- Cópia autenticada da procuração assinada com firma reconhecida, caso o requerente não seja o próprio devedor ou um dos responsáveis pelos débitos.
- Cópia da certidão de óbito, caso o IPTU esteja em nome de pessoa falecida (o requerimento poderá ser assinado por herdeiro).
- Requerimento assinado em duas vias, com firma reconhecida na primeira via (dispensado o reconhecimento de firma no caso de assinatura presencial, junto ao balcão de atendimento).